

Defensoria Pública de Minas Gerais divulga levantamento inédito sobre reversão de penas nas instâncias superiores

PÁGINA 2

Poder Público pede imediata condenação da Vale ao ressarcimento do Estado e pagamento de danos morais e sociais por rompimento da barragem em Brumadinho

O Estado de Minas Gerais, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União e a Advocacia Geral da União protocolaram, no dia 25 de agosto, petição conjunta no juízo da 2ª Vara Estadual de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte.

O documento contém pedido de imediata condenação parcial da Vale S/A a indenizar o Estado por perdas econômicas e por danos morais coletivos e

sociais em razão do rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV_A da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, desastre que ocasionou a morte de 270 pessoas em janeiro de 2019.

Estudo elaborado pela Fundação João Pinheiro calcula perdas econômicas por parte do Estado no valor de R\$ 26 bilhões, em razão da tragédia. Esse foi o montante para o qual foi pedido o imediato bloqueio de valores da Vale S/A.

[Leia a matéria na íntegra](#)

DPMG mineira abre inscrições para o 'Mutirão Direito a Ter Pai 2020'

Interessados devem se inscrever de 1º a 30 de setembro nos canais digitais das 33 unidades participantes. Formato da iniciativa extrajudicial foi adaptado para evitar risco de contágio pela Covid-19.



A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) já está com os canais digitais ativados para receber as inscrições de quem quiser participar do “Mutirão Direito a Ter Pai 2020”. Esta será a 8ª edição estadual do mutirão de reconhecimento de paternidade/maternidade, promovido anualmente pela Instituição. A iniciativa extrajudicial será realizada durante o mês de outubro, em Belo Horizonte e em mais 32 unidades da DPMG no interior do estado.

Todo o serviço é gratuito e contempla exames de DNA e reconhecimento espontâneo de paternidade. O formato do evento foi adequado para ser realizado com todos os cuidados sanitários de prevenção à Covid-19.

[Leia a matéria na íntegra](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁGINA 2
- > Na mídia PÁGINAS 2, 3 e 4
- > Inspirando novas atitudes PÁGINA 3
- > Escola Superior PÁGINAS 3 e 4
- > Procedimentos internos PÁGINA 5

Funcionamento da DPMG até 11/9/2020

[Saiba mais](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria mineira obtém êxito em ação que proíbe banco de oferecer empréstimos por telefone a aposentados

O Banco Pan está proibido de fornecer qualquer tipo de empréstimo para seus clientes aposentados, por meio de crédito em conta, sem a inequívoca concordância dos clientes. A decisão, da 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é resultado do agravo de instrumento interposto pela instituição financeira em ação coletiva de consumo apresentada pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada do Consumidor, e pelo Instituto Defesa Coletiva.

Na ação coletiva, a Defensoria Pública e o Instituto sustentam que o banco não agia de forma transparente na oferta de determinadas operações de crédito por telefone. A ação tem relatos de que o banco, por ligação telefônica, oferecia o limite disponível para compras no cartão de crédito para os aposentados e pensionistas como se fosse

um empréstimo comum e vantajoso, creditando na conta corrente ou na poupança dos clientes o montante em dinheiro. O serviço era chamado de “Telesaque”. As reclamações são de que a maioria dos aposentados e pensionistas aceitavam o telesaque “sem a mínima ideia da operação de crédito que estavam celebrando, e muitos sequer contrataram o tal cartão de crédito consignado”.

Há também casos em que aposentados receberam ligação do banco, recusaram a oferta, mas ainda assim a instituição financeira disponibilizou quantias na conta bancária e encaminhou faturas de cobranças relativas ao cartão que sequer fora desbloqueado. Por fim, era feita ainda a disponibilização de recursos sem autorização e, depois, a pensão ou aposentadoria tinha o desconto do “empréstimo”.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a decisão](#)

TJMG julga procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade da DPMG e suspende cobrança de taxas municipais em Sabará

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade de nº 1.0000.18.052074-4/000 proposta pelo defensor público-geral do Estado de Minas Gerais, em face de dispositivos do Código Tributário do município de Sabará.

Desta forma, foi confirmada a medida liminar, deferida no dia 9 de abril de 2019, que suspendeu a cobrança da “Taxa de Limpeza Pública”, da “Taxa de Conservação de Vias e Logradouros”, “Taxa de Expediente” e da “Taxa de Protocolo”, todas previstas na referida legislação.

Foi confirmada ainda que a legitimação do defensor público-geral para a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade é universal, ou seja, dispensada a demonstração de pertinência temática.

“Em apenas dez Estados as Defensorias Públicas possuem legitimação para o controle concentrado de constitu-

cionalidade, e o reconhecimento expresso da legitimação universal em Minas Gerais é pioneiro no país”, ressaltou o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares.

Na elaboração da petição inicial, a Defensoria Pública-Geral contou com a auxílio da DPMG na comarca de Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell.

[Para acessar o acórdão, clique aqui](#)

NA MÍDIA

TJMG julga procedente Ação Direta de Inconstitucionalidade da DPMG e suspende cobrança de taxas

[Folha de Sabará](#)



NA MÍDIA

TV INTEGRAÇÃO

Defensor público fala sobre inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai da DPMG

[Veja aqui \(26/08\)](#)

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública mineira participa do III Encontro de Defensores Públicos e Defensoras Públicas da Infância Bahia

A coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), defensora pública de Minas Gerais Daniele Bellettato Nesrala, participou como palestrante do III Encontro de Defensores Públicos e Defensoras Públicas da Infância Bahia.

O evento começou na quinta-feira (27/8) e reúne de forma virtual, por meio de uma série de palestras, defensores e defensoras da Bahia e de todo o Brasil que atuam nessa área. O encontro, que chega à sua terceira edição e este ano tem como tema “Os defensores e as defenso-

ras e seus desafios”, é promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia (Esdep), em parceria com a Especializada de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente daquela instituição.

“Técnicas de governança e os desafios para o defensor público efetivar” foi o tema abordado pela defensora pública Danielle Bellettato. A moderação ficou a cargo do conselheiro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Salvador (CMDCA), Renildo Barbosa.

O evento seguiu até a sexta-feira, dia 28.

Webinário com participação do Nudem-BH debate 14 anos de Lei Maria da Penha e atuação da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulher

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais realizaram, nos dias 27 e 28 de agosto, seminário online com a temática “14 anos do cumprimento da Lei Maria da Penha e a atuação da Rede de Minas Gerais”. O evento acontece entre 9h e 12h, e terá mesas de discussões e atrações culturais.

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais é formada por diversas instituições, entre elas a Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência (Nudem), da Defensoria Pública de Minas Gerais. O Nudem tem atuação em Belo Horizonte e em mais seis comarcas do interior de Minas Gerais: Araguari, Contagem, Itaju-

bá, Juiz de Fora e Montes Claros e Varginha.

A abertura foi mediada pela defensora pública de Minas, Samantha Vilarinho Mello Alves, titular do Nudem/BH, seguido de apresentações culturais e mesas de debates.

O webinário foi transmitido ao vivo no canal oficial da Sedese no YouTube ([youtube.com/SedeseMGO oficial](https://www.youtube.com/SedeseMGO oficial)) e no Portal SER-DH.

NA MÍDIA

Defensora pública fala sobre violência contra a mulher no Programa Brasil das Gerais

[Veja aqui \(27/08\)](#)



ESCOLA SUPERIOR

Live da Esdep MG fala sobre aleitamento materno



Durante a live da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep MG) dessa semana, a defensora pública Flávia Marcelle Torres Ferreira de Moraes e a assistente social Pollyanna Rocha Fernandes falaram sobre aleitamento materno.

- A série de lives organizada pela Defensoria Pública mineira debate, entre outros, temas relacionados aos direitos humanos, acesso à justiça e cidadania, e conta com a presença de defensores públicos e convidados.

>> A transmissão acontece às quintas-feiras, pelo Instagram [@defensoriamineira](https://www.instagram.com/defensoriamineira), onde o link fica disponível.

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas Gerais divulga levantamento inédito sobre reversão de penas nas instâncias superiores

Dados foram apresentados e analisados na 6ª edição do 'Diálogos com as Desits', evento virtual promovido pela Escola Superior da DPMG

Estudo inédito feito pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) revela que a atuação das defensoras e defensores públicos da Instituição em Tribunais Superiores é capaz de reparar lacunas ao longo de processos e restabelecer a justiça em favor de pessoas das camadas mais humildes da população mineira.

O documento, intitulado "A Defensoria Pública de Minas Gerais e o Supremo Tribunal Federal – Um estudo sobre os *habeas corpus* e recursos ordinários em *habeas corpus* apresentados pela Defensoria Pública de Minas Gerais ao Supremo Tribunal desde a inauguração do escritório de representação em Brasília/DF, em agosto de 2017", traz em suas 51 páginas um diagnóstico da atuação da DPMG na Corte Suprema do país.

O estudo, assinado pelos defensores públicos Flávio Aurélio Wandek Filho e Adriana Patrícia Campos Pereira, em atuação no Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores em Brasília, foi apresentado na sexta-feira (28/8) na série "Diálogos com as Desits", evento virtual com a participação de defensoras e defensores públicos de Minas Gerais, promovido pela Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais.

Durante o encontro virtual, defensoras e defensores públicos conversaram também sobre o tema "HC – Observações necessárias a ampliar as possibilidades de concessão".

[Leia matéria na íntegra](#)

>> Na próxima sexta-feira (4/9), a partir de 14 horas, a sétima evento virtual da série *Diálogos com as Desits* abordará o tema "Direito Bancário na Jurisprudência".



Os "Diálogos com as Desits" são encontros semanais, num total de 14, com a participação de defensoras e defensores públicos em atuação na Segunda Instância e Tribunais Superiores intercalando temas da Cível e Criminal, se estendendo até o dia 23 de outubro.



NA MÍDIA

MG: Defensoria divulga levantamento sobre reversão de penas nas instâncias superiores

[Portal do CNJ](#)

Defensoria Pública constata que prisão após 2ª instância é mais injusta

[Portal Além do Fato](#)

Maioria dos *habeas corpus* para vulneráveis envolve furto de comida e higiene, diz estudo

[Folha de S. Paulo](#)

28% dos HCs da Defensoria de Minas Gerais no STF são concedidos

[Conjur](#)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br